

**Procuradoria-Geral do Município**

**Rede de Apoio Jurídico - PGM**

**PGM - INFORMAÇÃO RAJ-PGM Nº 3897 / 2024**

<b>PROCESSO SEI Nº</b>	24.15.000002612-7
<b>INFORMAÇÃO Nº</b>	3.897/2024
<b>INTERESSADO</b>	FASC
<b>ASSUNTO</b>	Supressão de contrato administrativo. Viabilidade jurídica diante da publicação da Lei nº 14.981/24.

**À DA-FASC;**

**À ciência da ASSEJUR-FASC;**

**À ciência da RAJ-PGM:**

**I - RELATÓRIO**

Trata o presente expediente de solicitação encaminhada para a RAJ-PGM visando a manifestação jurídica sobre a viabilidade em se promover supressão de postos de trabalho do Contrato Emergencial nº 302/2024 (29214398).

De acordo com o Despacho 30202729, a Diretoria da FASC solicita a supressão de 50% do número de postos de trabalho inicialmente contratados, considerando que nos dias atuais não há mais a necessidade da totalidade contratada.

Conforme destacado no Despacho 30363996, na data de hoje, 23 de setembro de 2024, foi publicada a Lei nº 14.981/2024, a qual dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

Neste esboço, prevê a referida Lei no seu artigo 16 que:

Art. 16. Os contratos em execução na data de publicação do ato autorizativo de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º poderão ser alterados para enfrentamento das situações de calamidade pública de que trata o art. 1º desta Lei:

I - mediante justificativa;

II - desde que haja a concordância do contratado;

III - em percentual superior aos limites previstos no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e no [art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), limitado o acréscimo a 100% (cem por cento) do valor inicialmente pactuado; e

IV - desde que não transfigure o objeto da contratação.

É o que passamos a analisar.

É o relatório.

## **II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam acostados a este expediente, pois, à luz do ordenamento legal, incumbe a esta Procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito desta Secretaria, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Conforme previamente aduzido, trata-se de manifestação jurídica sobre a viabilidade de se suprimir postos de trabalho do Contrato Emergencial nº 302/2024 (29214398).

Refere-se o presente contrato sobre o fornecimento de Carregadores (CBO 7832-10), para atuação junto aos abrigos e centros de distribuição e recebimento de doações na cidade de Porto Alegre, em decorrência da Calamidade Pública ocasionada pelas enchentes.

Consoante inicialmente explicitado, foi publicada na data de hoje, 23 de setembro de 2024, a Lei nº 14.981/2024, a qual dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

Da leitura do Contrato Emergencial nº 302/2024 (29214398) depreende-se que o mesmo foi formalizado em 02 de julho de 2024, com fundamentação jurídica no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e também na Medida Provisória nº 1221/2024.

Não obstante a citada MP tenha perdido a eficácia em 14 de setembro de 2024, o art. 30 da Lei nº 14.981/2024 convalidou os regulamentos, os negócios e os atos jurídicos praticados com base na Medida Provisória nº 1221/2024. Desta maneira, entende-se que há viabilidade jurídica em promover a supressão de acordo com a dicção do art. 16 da Lei nº 14.981/2024, o qual viabiliza a supressão acima do limite permitido na Lei nº 14.133/21, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I - mediante justificativa;

II - desde que haja a concordância do contratado;

III - em percentual superior aos limites previstos no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e no [art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), limitado o acréscimo a 100% (cem por cento) do valor inicialmente pactuado; e

IV - desde que não transfigure o objeto da contratação.

É válido ressaltar que, considerando a presença da cláusula 11.3 do Contrato (29214398), que permite a realização de alteração, de acréscimos ou supressões, ao objeto contratado limitados a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato, de forma unilateral, ou seja, sem necessidade de concordância da Contratada, conforme redação do art. 14 da Lei nº 14.981/2024, entende-se que há viabilidade jurídica em se promover a supressão nos termos propostos.

Constata-se a presença de justificativa da Direção Administrativa da FASC no Despacho 30202729, instruindo o pedido de supressão ao objeto.

Assim sendo, diante do exposto, faz-se necessário estando o expediente instruído nos termos acima expostos, necessário a formalização de aditivo de supressão conforme solicitado pela DA-FASC.

### III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, quanto aos aspectos jurídicos formais, esta Procuradoria conclui que pela viabilidade de formalização de termo aditivo de supressão ao objeto, referente ao Contrato Emergencial nº 302/2024 (29214398), com fundamento nos art. 14 e 16 da Lei nº 14.981/2024.

Após a confecção da minuta do termo aditivo, retornem-se os Autos para análise conclusiva.

É o parecer.

Em 23 de setembro de 2024.

**Maria Fernanda Garcia Oliveira**  
Procuradora Municipal



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Garcia Oliveira, Procurador(a) Municipal**, em 23/09/2024, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **30364187** e o código CRC **E15BDBBF**.

24.15.000002612-7

30364187v24